

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO
DE SEGURANÇA PÚBLICA

**NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia
Ostensiva da PMGO**

CLIVES PEREIRA SANCHES – CAP QOPM

EMERSON DO NASCIMENTO SOUSA – CAP QOPM

GOIÂNIA
2008

CLIVES PEREIRA SANCHES – CAP PMGO
EMERSON DO NASCIMENTO SOUSA – CAP PMSE

**NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia
Ostensiva da PMGO**

Monografia apresentada à Academia de
Polícia Militar do Estado de Goiás, para
atender a exigência do currículo do Curso
de Especialização em Gerenciamento de
Segurança Pública (CEGESP/2008).

ORIENTADOR: Mauro Teixeira Cândido - Ten Cel QOPM
ORIENTADOR METODOLÓGICO: André Luiz Gomes Schröder - Ten Cel
QOPM

Goiânia
2008

S211 SANCHES, Clives Pereira.
Nova matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais: uma adequação ao perfil profissiográfico do chefe de polícia ostensiva da PMGO / Clives Pereira Sanches; Emerson do Nascimento Sousa – Goiânia, 2008.
190 f. : il, enc.
Trabalho Técnico-Científico (especialização) – Polícia Militar do Estado de Goiás, Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, 2008.
1. Polícia Militar do Estado de Goiás. 2. Curso de Formação de Oficiais – CFO. 3. Matriz Curricular - CFO. 4. Perfil Profissiográfico. 5. Chefe de Polícia Ostensiva. I. Título. II. Sousa, Emerson do Nascimento.
CDU: 356.35:37.011.33(817.3)



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CEGESP/2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador de Conteúdo: Mauro Teixeira Cândido TC QOPM

Orientador e Avaliador de Metodologia: André Luiz Gomes Schröder TC QOPM

Avaliador de Conteúdo: Julio César Motta Fernandes TC QOPM

Avaliador de Conteúdo: Anésio Barbosa da Cruz Júnior MAJ QOPM

Tema da Monografia: NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO

Discentes: Clives Pereira **Sanches** – CAP PMGO
Emerson do Nascimento Sousa – CAP PMSE

Clives Pereira **Sanches** – CAP PMGO

Emerson do Nascimento Sousa – CAP PMSE

Atestamos que o presente trabalho está em conformidade com as observações feitas por ocasião da sua avaliação final.

Goiânia 13, de agosto de 2008.

Mauro Teixeira Cândido TC QOPM

André Luiz Gomes Schröder TC QOPM

Julio César Motta Fernandes TC QOPM

Anésio Barbosa da Cruz Júnior MAJ QOPM

RESUMO

A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), de forma inovadora e pró-ativa, busca adequar-se às mudanças sociais e qualificar-se cada vez mais para atender satisfatoriamente às exigências de segurança da sociedade goiana, adotando para o seu oficial um novo perfil profissiográfico, condizente com a realidade social em que está inserida, criando assim a figura do Chefe de Polícia Ostensiva. Nessa perspectiva, tornam-se necessárias a quebra de determinados paradigmas e a conseqüente implantação de mudanças no processo ensino-aprendizagem adotados pela Corporação e na Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Para a consecução deste trabalho foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas; pesquisas bibliográficas abrangendo a análise das monografias relacionadas ao tema, disponíveis na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM/GO); obras literárias voltadas para o processo ensino-aprendizagem; Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública estabelecida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); inquérito pedagógico aplicado pela APM/GO quando do término do 1º ano do CFO/2007; questionários destinados à turma de Aspirantes/2007 e seus respectivos comandantes; e as matrizes curriculares de outras co-irmãs para análise e comparação com a da PMGO. Durante o trabalho, foram analisados os métodos de ensino: expositivo, trabalho independente, elaboração conjunta, trabalho em grupo, ensino a distância, problematização e aprendizagem baseadas no problema, bem como as técnicas de ensino: resolução de problemas, simulação, estudo de caso, painel de discussão, debate cruzado, aula prática e seminários, todos voltados ao direcionamento do ensinar e do aprender, culminando com a apresentação de uma proposta de adequação da Matriz Curricular do CFO em harmonia com as orientações nacionais. Essa proposta tomou como base as premissas da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, organizada pela SENASP, concedendo ao processo metodológico de ensino o enfoque de contextualização e a merecida relevância às disciplinas práticas inerentes às atividades cotidianas de competência do Chefe de Polícia Ostensiva, contemplando as disciplinas, objetivos, instruções metodológicas e métodos de avaliação da aprendizagem. Apresenta um modelo completo de ementa disciplinar, a ser utilizado posteriormente pela unidade de ensino competente, como subsídio à reforma curricular proposta.

Palavras-chave: Matriz curricular; Processo ensino-aprendizagem; Chefe de Polícia Ostensiva.

ABSTRACT

Military Police of State of Goiás (PMGO), with a dynamic and innovative manner, has been working in order to adapt and to qualify itself according to social changes, and to support successfully the security requirement of its Society, adopting to its officer a brand new profissiografic profile, which suits social reality we are in, creating by this way the Ostensible Police Chief figure. Inside that perspective, it becomes necessary the breaking of determinated paradigms and consequent implantation of changes in the teaching-learning process in use by military corporation as well in the Officers Graduation Course (CFO) Curriculum Matrix. Lines of quantitatives and qualitatives research were adopted to reach the goal of this work: the analysis of monographs related to the theme available in PMGO Academy; literature works about teaching-learning process; National Curriculum Matrix used during Public Security Graduation set by Public Security National Department (SENASP); Pedagogic Inquest applied by PMGO Academy when ended CFO/2007 first grade; questionnaires used in exams to select members to CFO/2007 and their respective commanders; and others academy curricula to compare with PMGO Academy ones. During this work, it was analyzed the following methods of teaching: exposition, independent work, elaboration in collection, work in group, distance learning, problem institution and learning based on problem, as well some learning techniques such as problems solving, simulation, studying of cases, board of discussion, crossed debates, practical classes and seminaries, all these ones focusing a proposal which tries to suit the CFO Curriculum Matrix according to national directions. Our proposal took as base the National Curriculum Matrix used in Public Security Graduation, organized by SENASP, giving to the methodological teaching process the direction required by the subjects connected with Ostensible Police Chief daily performances, also placing on the spotlight the subjects, goals, methodological instructions and methods of how to examine the process of learning. It presents a complete Subject Set model, which may be used in the future by this authorized Teaching Unit, as subsidy to curriculum reform proposed in this work.

Key-words: Curriculum Matrix; Teaching-learning Process; Ostensible Police Chief.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 – Diagrama do Método do Arco.	18
Figura 3.1 – As disciplinas consideradas mais importantes pelo 1º ano do CFO/2007.	29
Figura 3.2 – As disciplinas consideradas menos importantes pelo 1º ano do CFO/2007.	29
Figura 3.3 – Avaliação final do 1º ano do CFO/2007.	30
Figura 3.4 – Os assuntos tratados no CFO prepararam o formando para o desempenho de suas atividades profissionais?	31
Figura 3.5 – Quais assuntos podem ser retirados da Matriz Curricular do CFO?	32
Figura 3.6 – As atividades desenvolvidas (estágios, jornadas, instruções de campo, serviços administrativos e operacionais) prepararam os Aspirantes/2007 para o desempenho de suas atividades profissionais?	32
Figura 3.7 – A metodologia de ensino adotada pela APM favoreceu a preparação dos Aspirantes 2007 para o desempenho de suas atividades profissionais?	33
Figura 3.8 – Avaliação final do CFO/2007 após um ano da formatura.	34
Figura 3.9 – Os Aspirantes/2007 possuem capacidades necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais?	34
Figura 3.10 – Avaliação dos Aspirantes/2007 pelos seus respectivos comandantes.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO	12
2.1 MÉTODOS DE ENSINO	13
2.1.1 Método de Exposição	14
2.1.2 Método de Trabalho Independente	14
2.1.3 Método de Elaboração Conjunta	15
2.1.4 Método de Trabalho em Grupo	16
2.1.5 Método de Ensino à Distância	16
2.1.6 Metodologia da Problematização e a Aprendizagem Baseada no Problema	17
2.2 TÉCNICAS DE ENSINO	20
2.2.1 Resolução de Problemas	21
2.2.2 Simulação	21
2.2.3 Estudo de Caso	21
2.2.4 Painel de Discussão	22
2.2.5 Debate Cruzado	22
2.2.6 Aula Prática	22
2.2.7 Seminários	23
2.3 APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR	23
3 MATRIZ CURRICULAR DO CFO	26
3.1 ANÁLISE DO INQUÉRITO PEDAGÓGICO APLICADO PELA APM/GO QUANDO DO TÉRMINO DO 1º ANO DO CFO/2007	28
3.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA A TURMA DE ASPIRANTES/2007	31
3.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA OS COMANDANTES DOS FORMANDOS DA TURMA DE ASPIRANTES/2007	34
3.4 ANÁLISE DE MATRIZES CURRICULARES DO CFO	36
4 PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DA MATRIZ CURRICULAR DO CFO	37
5 CONCLUSÃO	41

	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Questionário voltado para a turma de Aspirantes/2007	46
APÊNDICE B - Questionário voltado para os comandantes dos componentes da turma de Aspirantes/2007	49
APÊNDICE C - Relatório sobre o questionário voltado para a turma de Aspirantes/2007	51
APÊNDICE D - Relatório sobre o questionário voltado para os comandantes dos componentes da turma de Aspirantes/2007	55
APÊNDICE E - Nova Matriz Curricular do CFO	57
APÊNDICE F - Novo Modelo de Ementa Disciplinar	188
ANEXOS	
ANEXO A - Perfil Profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO	191
ANEXO B - Lei Estadual nº 14.851, de 22 de julho de 2004	199
ANEXO C - Extrato do Relatório sobre o Inquérito Pedagógico aplicado pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás quando do término do 1º Ano do CFO/2007	200
ANEXO D - Malha Curricular do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	203

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar, de forma arrojada, acompanhou efetivamente a evolução social do País, adaptando-se a cada realidade, por meio da constante busca de soluções para o alcance da paz social. Exerce papel fundamental e complexo na sociedade brasileira, que é o de manter a harmonia no convívio social, através da preservação da vida, da liberdade e do patrimônio. É responsável constitucionalmente pelo exercício da polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública.

De acordo com a Advocacia Geral da União (2001, p. 4-5), o exercício da polícia ostensiva contempla, fundamentalmente, a preservação da ordem pública, por isso não devem ser consideradas ações distintas. Nesse enfoque constitucional, o termo polícia ostensiva representa uma expansão de competência das polícias militares, além do policiamento ostensivo, visando o conjunto de condutas pró-ativas voltadas para o bem-estar social.

Para o exercício da polícia ostensiva, a instituição necessita manter-se ajustada às diversas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que norteiam a sociedade. A cada dia é mais exigida do Estado uma prestação de serviço com qualidade e eficácia que atenda efetivamente aos anseios sociais. A população deseja ter uma polícia que proteja sua vida, sua integridade física, psíquica e moral, além de salvaguardar o seu patrimônio, mas, caso ocorra violação, que sua reparação surja com eficiência e dinamismo.

Nesse contexto, surge na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), a identificação funcional do Chefe de Polícia Ostensiva, o profissional, em nível de oficial, gestor das atividades de Polícia Ostensiva e possuidor de conhecimento, capacidade e habilidade para planejar, coordenar e dirigir as atividades constitucionais da Corporação. Essa função se enquadra na visão de Polícia Comunitária, na qual o oficial passa a exercer o papel de “líder social” em sua área de competência, a fim de garantir o exercício pleno da cidadania para todos aqueles que se encontram sob sua tutela.

A Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO) adotada na PMGO, foi elaborada no ano de 2002, objetivando atender à realidade administrativa e operacional existente à época. Atualmente, contemplamos inúmeras mudanças institucionais, desenvolvidas nos níveis estratégico, tático e operacional, situações que

exigem formação diferenciada, com o intuito de dissociar os antigos paradigmas que se contrapõem à nova cultura profissional. Cabe ao CFO preparar o futuro Chefe de Polícia Ostensiva para exercer o seu papel nesse novo contexto, por meio do exercício de uma polícia ostensiva dinâmica e efetiva.

A referida adequação se torna necessária e urgente, pois quando uma corporação reestrutura suas estratégias, em especial pela formulação de um novo perfil profissiográfico, deve também se preocupar em criar condições para que seus integrantes cumpram seus papéis, priorizando um ambiente ideal de trabalho e favorecendo o surgimento de diversos fatores positivos que venham a contribuir para o melhor desenvolvimento das missões.

Entende-se por perfil profissiográfico o delineamento conciso dos atributos morais, culturais, psicológicos e físicos que o profissional deve possuir, ou vir a possuir, para o desempenho satisfatório do cargo, além de servir para descrever as atribuições e as competências inerentes às funções a serem exercidas.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho monográfico é apresentar uma proposta de Matriz Curricular para o CFO adequada ao novo perfil profissiográfico adotado para o Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO, direcionando a formação desses futuros líderes, através do aprimoramento do exercício das atividades institucionais. Para isso, estarão sendo alicerçados nesta nova matriz os conhecimentos indispensáveis para o exercício da atividade-fim da Corporação, por meio de práticas pedagógicas coerentes a cada assunto proposto.

Na proposta da Matriz e Malha Curricular do CFO, com foco especial nas mudanças institucionais vigentes, estarão contidas as disciplinas, com seus respectivos objetivos gerais, em consonância com o perfil profissiográfico, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem. Será estabelecido, também, um modelo completo de ementa disciplinar, a ser apresentado posteriormente à unidade de ensino competente, como subsídio à reforma curricular aqui proposta.

Este trabalho não contempla a análise e a produção dos conteúdos das disciplinas. Tal linha de pesquisa depende de revisões curriculares que devem, por sua vez, ser elaboradas por docentes detentores de conhecimento reconhecido sobre os assuntos tratados nas disciplinas, além do trabalho interdisciplinar, visando à não sobreposição de conteúdos. Em ambos os casos exige-se o emprego de um grande número de profissionais altamente capacitados, atualmente não disponíveis para esse fim.

Este trabalho se fundamentará a partir de linhas de pesquisas quantitativas e qualitativas que analisarão:

- a) as monografias existentes na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM/GO) sobre a Matriz Curricular do CFO, bem como as obras literárias voltadas para o processo ensino-aprendizagem;
- b) a Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública estabelecida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) - 2007;
- c) o inquérito pedagógico aplicado pela APM/GO quando do término do 1º ano do CFO/2007, pois somente essa turma foi submetida à Matriz Curricular atual, tendo como pré-requisito de seleção ser bacharel em Direito, situação que permanece em vigor na PMGO, conforme Lei Estadual nº 14.851, de 22 de julho de 2004, que altera a Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás (ANEXO B);
- d) os questionários destinados à população-alvo por nós definida, composta pelos formandos da turma do CFO/2007 (APÊNDICE A) e seus respectivos comandantes (APÊNDICE B);
- e) as Matrizes Curriculares adotadas nas Polícias Militares dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, por serem grandes forças policiais ostensivas do País e apresentarem metodologias operacionais e administrativas que são adotadas como modelos na PMGO; Santa Catarina, por ser uma referência doutrinária entre as Polícias Militares, quanto ao exercício de polícia ostensiva administrativa, que norteou a elaboração do perfil profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO; Rio Grande do Sul, por exigir o Curso de Direito para seleção e inclusão dos oficiais na Corporação, como ocorre na PMGO; e Distrito Federal, pelas afinidades operacionais e administrativas impostas pela proximidade territorial.

Esse tema foi proposto ao corpo discente do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública/2008, pelo Comando Geral da PMGO, buscando adequar a atual Matriz Curricular do CFO aos novos conceitos e diretrizes adotadas pela Corporação. Foi escolhido por se tratar de um assunto de grande relevância institucional e social, além de possuir um conteúdo teórico que abrange o nosso domínio cultural e estar em sintonia com as diversas funções já exercidas em nossas carreiras profissionais.

Neste contexto, a nova Matriz Curricular deverá impulsionar, por meio de processos educacionais, a implantação das necessidades de transformação do saber-fazer e do fazer-saber da Polícia Ostensiva, a partir das demandas prementes da sociedade, preparando um oficial crítico, reflexivo e participativo, capaz de interagir com teoria e prática, por meio de um processo voltado para a reflexão na ação profissional.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

A necessidade de adequação do sistema educacional, em vigor na Polícia Militar de Goiás, à realidade atual, torna-se urgente. O ajustamento deve ocorrer de forma rápida e eficiente, mas sem deixar de lado os critérios científicos do trabalho, para que as mudanças sejam devidamente comprovadas como válidas, positivas e aplicáveis à formação do oficial da PMGO.

Um adulto pode aprender sozinho, por meio de reflexões pessoais e de leitura. Na formação, é preciso não o deixar dependente do formador, mas acelerar seu processo de autotransformação por meio de uma prática reflexiva contextualizada, com fundamentos teóricos e conceituais e com de procedimentos mais metódicos. O desenvolvimento das competências está no cerne da profissão do formador, o qual deve assumir mais o papel de um treinador que de um transmissor de saberes ou modelos. O treinador observa, chama atenção, sugere, motiva, às vezes ilustra um gesto difícil. Está centrado no aprendiz e em seu processo de desenvolvimento, tentando estimulá-lo em vez de controlá-lo. (PERRENOUD, 2002, p. 181).

Assim, observa-se a necessária concretização de mudanças no processo ensino-aprendizagem adotado na APM/GO, que atualmente adota, de forma predominante, a pedagogia tradicional.

De acordo com Saviani (1988 apud BARROS JUNIOR, 2001, p. 21) “a pedagogia tradicional é classificada como intelectualista, e às vezes como enciclopédica, pois os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, o que vale é uma educação formalíssima e acrítica.”

Nesse tipo de pedagogia, prevalece a autoridade do professor, que é o detentor do conhecimento e o responsável por transmiti-lo de forma unilateral, sem que o aluno tenha oportunidade de participar ativamente do processo, atuando como mero expectador e receptor do que lhe é ofertado. Dessa maneira, o aluno é coagido, então, a memorizar o conteúdo, por meio de mera repetição mecânica, inibindo a formação de um profissional reflexivo, característica necessária para o exercício da função de Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO.

No desempenho das atividades de Polícia Ostensiva, por diversas vezes, o Chefe de Polícia lida com a incerteza, a singularidade e o conflito, deparando-se com situações que fogem à rotina. Schön (2000, p. 123-124) salienta que o profissional reflexivo deve ser capaz de aprender a conduzir experimentos, a fim de estabelecer um tipo

de coerência sob as situações caóticas para, em seguida, descobrir as conseqüências e implicações das concepções escolhidas, bem como dos resultados inesperados. É por meio da junção desses itens que se constitui uma conversação reflexiva baseada nos diversos componentes existentes em uma situação.

Para alcançar esses objetivos e formar um Chefe de Polícia Ostensiva com o perfil profissiográfico almejado pela Corporação, deve ser observada a correta aplicação de uma metodologia condizente com os diversos métodos e técnicas de ensino existentes. Cabe à Instituição analisar e aplicar aqueles que apresentarem maior efetividade, eficácia e eficiência para a transmissão e absorção dos conteúdos programáticos pré-estabelecidos, por meio de uma relação professor-aluno saudável e respeitosa.

2.1 MÉTODOS DE ENSINO

Segundo Estrela (2005, p. 85), na escolha do método de ensino, devem ser considerados os seguintes aspectos: os objetivos educacionais, o conteúdo programático, o nível do corpo discente, o tempo disponível e o domínio do método pelo docente:

Os pressupostos epistemológicos de uma metodologia de ensino necessitam proporcionar aos sujeitos do ato educativo não só o conhecimento da estrutura teórico-prática dos métodos de ensino, mas ensinar, numa perspectiva substancial, a incorporação do pólo instrucional no pólo sócio-educacional: ligar as possibilidades didáticas às possibilidades educativas e estas ao contexto sócio-cultural. [...] O que se pretende com o pressuposto acima é a proposição de métodos de ensino que proporcionem ao educando, um modo significativo de assimilação crítica da ciência – representada na escola pela matéria de ensino - e o confronto desta com as necessidades sócio-culturais dos diferentes grupos sociais que freqüentam a mesma escola. (LOPES et al., 2003, p. 90).

Os métodos de ensino são de fundamental relevância para o sucesso no processo ensino-aprendizagem, consistindo na mediação escolar capaz de ativar as forças mentais dos alunos para a assimilação da matéria. Libâneo (2003, p. 160-172) reporta à existência de vários métodos de ensino que indicam procedimentos e formas de direção do processo, ou seja, as relações professor-aluno-matéria, de acordo com seu aspecto interno, que indica as funções ou passos didáticos, procedimentos e ações de assimilação ativa por parte do aluno. Entre elas, lista: o método de exposição pelo professor, o método de trabalho independente, o método de elaboração conjunta e o método de trabalho em grupo.

2.1.1 Método de Exposição

O método de exposição caracteriza-se pela tradicionalidade do ensino, no qual o professor apresenta o conhecimento, por meio de aulas expositivas, demonstrativas, ilustrativas e exemplificativas. É o tipo de método mais utilizado no Brasil, bem como na APM/GO, porém Libâneo (2003, p. 162) alerta sobre a adoção de práticas didaticamente incorretas, como dirigir o aluno a uma aprendizagem meramente mecânica e reprodutora. O aluno nesse método adota uma postura receptiva, mas não passiva.

Características para uma boa exposição: 1. Adequado domínio e segurança do assunto a ser exposto; 2. Exatidão e objetividade da apresentação; 3. Discriminação clara entre o essencial e o secundário; 4. Organização, seqüência e subordinação das etapas de cada item; 5. Correção, clareza e sobriedade do estilo empregado; 6. Linguagem clara, correta e expressiva; 7. Caráter de conclusão e/ou arremate definido. (MATTOS, 1971 apud ESTRELA, 2005, p. 105).

O principal desafio ao adotar o método de exposição está vinculado à relação professor-aluno, tanto no aspecto motivacional como também nos níveis de assimilação e aplicação do conteúdo exposto o “educando deve ser estimulado pelo educador a participar deste momento de aprendizagem, exercitando a criatividade e a reflexão” (ESTRELA, 2005, p. 105).

2.1.2 Método de Trabalho Independente

Segundo Libâneo (2003, p. 163), o método de trabalho independente consiste na realização de tarefas dirigidas e devidamente orientadas pelo professor, de forma que os alunos resolvam os problemas propostos de modo independente e inovador. Nesse método, o aspecto que mais se destaca é a atividade mental dos alunos, independentemente da atividade desenvolvida. Não se pode admitir, porém, que essas tarefas existam apenas para mantê-los ocupados, em vez de realmente trabalharem a assimilação dos conteúdos propostos, que é o objetivo do processo ensino-aprendizagem.

Para a participação efetiva do docente na aplicação do método de trabalho independente, Libâneo (2003, p. 164) define quatro condições essenciais: “elaborar tarefas claras e compreensíveis; assegurar condições de trabalho; acompanhar de perto e aproveitar o resultado das tarefas para toda a classe”.

A aplicação desse método deve ainda motivar o corpo discente à pesquisa, à leitura, à análise e à interpretação de textos, habituando-o ao estudo independente e criativo. “Outro fator a considerar é torná-lo mais ativo e participante, fazendo com que sinta a necessidade de pesquisar, encontrar soluções e reproduzir conhecimentos por conta própria, desenvolvendo a capacidade de análise e observação” (ESTRELA, 2005, p. 106).

2.1.3 Método de Elaboração Conjunta

De acordo com Libâneo (2003, p. 167-168), a elaboração conjunta compreende uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos, com o intuito de adquirir novos conhecimentos, atitudes, habilidades e convicções, além de buscar consolidar os já adquiridos. Esse método pode ser vivenciado a qualquer momento no desenvolvimento do conteúdo, contando, para isso, com um conjunto de condições prévias vinculadas aos alunos: a assimilação dos objetivos existentes, o domínio de conhecimentos básicos ou de conhecimentos e experiências adquiridas anteriormente.

Para aplicação desse método, a atividade proposta deve possibilitar “uma resposta do aluno que mostre compreensão de um conceito ou fato a partir da sua própria experiência” (LIBÂNEO, 2003, p. 169). O professor, por sua vez, deve conceder tempo para que os alunos entendam o foco da atividade e reflitam sobre o que está sendo perguntado, bem como sobre suas possíveis respostas. Já no momento da avaliação, o docente deve agir de maneira positiva, considerando todos os resultados obtidos, sejam eles corretos, incompletos ou incorretos, transformando-os em ponto de partida para revisão e aprimoramento da atividade proposta.

2.1.4 Método de Trabalho em Grupo

Libâneo (2003, p. 170) define o método de trabalho em grupo como a distribuição de temas de estudo idênticos ou diferentes a grupos fixos ou variáveis, compostos de três a cinco alunos, escolhidos pelo professor e de preferência com rendimentos escolares diferentes. Esse método de ensino tem sempre caráter transitório, empregado eventualmente com outros métodos de exposição e de trabalho independentes. O seu sucesso está vinculado à necessária ligação orgânica entre a fase de preparação, a organização dos conteúdos e a comunicação dos seus resultados para toda a classe. O principal objetivo desse método é obter a cooperação dos alunos entre si na realização das tarefas apresentadas, esperando a contribuição de todos na aprendizagem comum, que busca também despertar interpretação crítica sobre o tema proposto. Para a implantação desse método de trabalho em grupo exigem-se prévia exposição, conversação introdutória ou trabalho individual.

2.1.5 Método de Ensino à Distância

É o método de ensino propriamente baseado na educação a distância que se tem propagado pelas universidades e outras instituições de ensino; apresentam alto nível de desenvolvimento educacional e tecnológico, a exemplo da APM/GO, cujos cursos atuais já contemplam a exigência de disciplinas *on-line*:

Educação à distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 02).

Historicamente, o ensino a distância passou por quatro fases tecnológicas: a primeira, do papel impresso; a segunda, da eletrônica caracterizada pela utilização do rádio e televisão; a terceira, digital com ênfase na informação e comunicação; e a quarta, também digital, porém vinculada a um ambiente virtual de aprendizagem ou comunidades de aprendizagem. A última fase tem proporcionado a diversificação dos ambientes de ensino com a utilização de várias mídias e formatos, favorecendo a construção do conhecimento a partir do processo de socialização do saber.

Nesse contexto, o método de ensino a distância se tornou importante ferramenta estratégica para o processo ensino-aprendizagem empresarial, por servir de

maneira dinâmica aos interesses institucionais voltados para formação, atualização e aperfeiçoamento.

2.1.6 Metodologia da Problematização e a Aprendizagem Baseada no Problema

Algumas propostas inovadoras vêm ganhando espaço e destaque no ensino superior. Instituições de ensino vêm adotando-as há mais de uma década, enquanto outras estão sendo implantadas no ensino que abarca diretamente os alunos no processo de busca de informações e produção de conhecimento. Uma refere-se à metodologia da problematização e a outra à aprendizagem baseada no problema. Nota-se que essas propostas envolvem os alunos em atividades que exigem dedicação, interação entre os colegas, pesquisa bibliográfica e de campo, raciocínio lógico, reflexão e criatividade na resolução dos problemas detectados ou mesmo propostos.

De acordo com Berbel (1998), a problematização caracteriza-se por ser um método de ensino, enquanto a aprendizagem baseada em problemas constitui uma proposta curricular. Nesses dois elementos, o processo ensino-aprendizagem surge a partir de problemas, quer sejam extraídos da realidade pela observação realizada pelos alunos, quer sejam propostos de maneira técnica por especialistas devidamente competentes para isso, com o objetivo de cobrir todos os conhecimentos essenciais ao currículo.

As duas correntes se desenvolvem a partir de visões teóricas distintas, apresentando pontos comuns e pontos diferentes. Essas inovações estão envolvidas em repercussões positivas, devido aos bons resultados que têm apresentado na aprendizagem, bem como negativas, em virtude da resistência de alguns profissionais às mudanças e inovações.

A metodologia da problematização deve ser aplicada em situações em que os temas estejam relacionados com a vida em sociedade, desenvolvendo-os a partir da realidade ou de recortes dessa realidade, uma vez que cabe aos alunos identificar os problemas que estão à sua volta. Nesse contexto, pode ser adotado o método do arco de Charles Maguerez (1982 apud BERBEL, 2008, p. 3), que se divide em cinco etapas distintas, as quais são desenvolvidas ordenadamente uma após a outra. As etapas constituem: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade.

De acordo com Berbel (1998), a observação da realidade social ocorre a partir do olhar atento do aluno, que percebe a realidade em que está inserido e registra de forma sistematizada esse contexto, dirigido por questões gerais que o auxiliam a focalizar o tema. Essas observações permitem ao aluno identificar dificuldades, carências e discrepâncias que serão transformadas em problemas, os quais serão trabalhados com os colegas e com o professor para a redação final.

Na fase dos pontos-chave, os alunos irão definir quais são os aspectos mais relevantes do problema e perceber quais merecem a devida atenção, o que pode levá-los à compreensão dos problemas e definição das possíveis soluções. Esses pontos-chave serão trabalhados na teorização, momento no qual a investigação de fato acontecerá. Os alunos vão a campo pesquisar e buscar o máximo de informações sobre os problemas verificados, com o intuito de conhecer a fundo o problema e tentar chegar a algumas conclusões, registrando-as para utilização na quarta etapa, a de hipótese de solução. Essa etapa consistirá na elaboração de possíveis soluções e devidas aplicações.

A última etapa consiste na aplicação à realidade, perpassando o campo intelectual e partindo de fato para a prática, a execução do que foi levantado na etapa anterior. Aqui os componentes sociais e políticos estão mais visíveis e presentes. Completa-se, assim, o método do arco, tendo ao seu final o aluno concluído o processo prática-teoria-prática, utilizando a própria realidade social como ponto de partida e de chegada do processo ensino-aprendizagem.

Conforme Bordenave (1983), o diagrama a seguir representa essa pedagogia problematizadora que Charles Maguerez, seu autor, denominou “método do arco”:

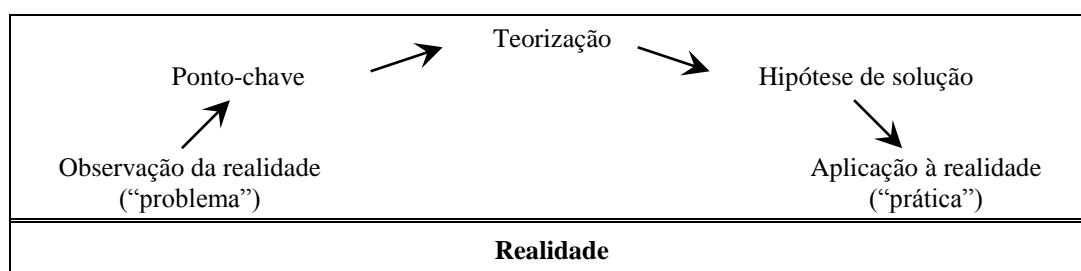


Figura 2.1 Diagrama do Método do Arco.
Fonte dos dados: (BORDENAVE, 1983).

A metodologia da problematização, portanto, tem o propósito maior de preparar o aluno, como ser social, para entender o mundo em que está inserido e atuar de forma ativa, a fim de transformá-lo, sempre para melhor, criando um ambiente social capaz

de oferecer vida mais digna ao homem. Segundo Berbel (1998), a metodologia da problematização tem como objetivo:

“A mobilização do potencial social, político e ético dos alunos, que estudam cientificamente para agir politicamente, como cidadãos e profissionais em formação, como agentes sociais que participam da construção da história de seu tempo, mesmo que em pequena dimensão.”

A aprendizagem baseada no problema tem como filosofia pedagógica o aprendizado centrado no aluno, com foco no estudo de problemas propostos com a finalidade de fazer com que o aluno estude determinados conteúdos, previamente preparados e planejados. Esse processo não representa a única prática pedagógica, mas predomina para o aprendizado de conteúdos cognitivos e integração de disciplinas. É uma metodologia que se contrapõe à prática tradicional no instante em que estimula a atitude ativa do aluno, exigindo participação, contribuição e iniciativa na busca das informações e do conhecimento.

Nesse processo, prepara-se um elenco de situações que os alunos deverão aprender e dominar. O elenco é analisado e definem-se os conhecimentos que os alunos precisarão saber de cada um, desdobrando-se em temas de estudo e, estes, por sua vez, tornar-se-ão os problemas a serem discutidos em grupo tutorial. Tal grupo será composto por um tutor para oito a dez alunos, entre os quais um terá a função de coordenador, enquanto outro de secretário, cujas funções serão revezadas até que todos os alunos passem por todas elas.

Segundo Berbel (1998), após a formação dos grupos tutoriais, os alunos são apresentados a um problema a ser discutido. Essa discussão é processada em duas fases: na primeira, os alunos conhecem o problema e passam a formular objetivos de aprendizado a partir de discussões; na segunda, realizada após o estudo individualizado fora do grupo tutorial, o problema passa a ser discutido sob nova ótica, uma vez que os alunos possuem, certo conhecimento acerca do assunto.

Para o estudo de cada problema, é definida uma carga-horária: em geral, quatro manhãs ou quatro tardes, para sua resolução e cumprimento dos sete passos exigidos:

- 1º - leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;
- 2º - identificação dos problemas propostos pelo enunciado;

- 3º - formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior;
- 4º - resumo das hipóteses;
- 5º - formulação dos objetivos de aprendizado;
- 6º - estudo individual dos assuntos levantados nos objetivos de aprendizado;
- 7º - retorno ao grupo tutorial para rediscussão do problema diante dos novos conhecimentos adquiridos na fase de estudo anterior.

Essas duas propostas metodológicas são diferentes e apresentam resultados de aplicação diversos, apesar de terem o problema como foco do processo de ensinar e aprender. A metodologia da problematização depende do professor para a sua realização e não altera significativamente a estrutura física e curricular da escola, podendo ser adotada em algumas disciplinas e conteúdos. A aprendizagem baseada em problema é diferente: direciona toda a organização curricular e afeta todos os envolvidos no processo, não sendo restrita à vontade de um professor, mas de todo o corpo docente, administrativo e acadêmico. Necessita de adaptações básicas para o seu funcionamento, a exemplo de uma biblioteca bem equipada, ampla, horário especial, organização de laboratórios, além de um corpo docente vinculado à atividade acadêmica de maneira exclusiva.

2.2 TÉCNICAS DE ENSINO

A partir das exposições metodológicas, é necessário apresentar as técnicas de ensino adotadas no meio acadêmico que visam orientar e dinamizar o processo ensino-aprendizagem. Na escolha dessa ferramenta, devem ser observadas as competências que necessitam ser desenvolvidas no corpo discente, considerando, para isso, os objetivos específicos de cada disciplina e o conteúdo a ser trabalhado, bem como o nível de interação a ser proporcionado na aprendizagem. Dentro deste enfoque, destacamos as seguintes técnicas de ensino: resolução de problemas, simulação, estudo de caso, painel de discussão, debate cruzado, aula prática e seminários.

2.2.1 Resolução de Problemas

Na resolução de problemas o docente elabora situações-problema simulando a realidade. Em seguida, apresenta aos alunos, que discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses. Acompanhados pelo tutor, formulam os objetivos de aprendizagem e identificam as fontes de pesquisa. Ao final, os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados à turma, para revisão e sistematização de uma proposta de ação para a resolução do problema. Essa técnica favorece a integração de conteúdos por constituir uma forma diferenciada de estruturar o saber, a partir da capacidade de resolver problemas que ultrapassem os limites de uma única disciplina, além de possibilitar a compreensão da realidade social, por meio da visão global e integradora do conhecimento.

2.2.2 Simulação

A simulação se estrutura por meio da construção de um cenário, a fim de vivenciar papéis dentro de um contexto e conseguir aproximação consistente entre a teoria e a prática, além de desenvolver as habilidades e atitudes e a construção das referências necessárias ao futuro profissional para sua tomada de decisão em situações similares. Para melhor aproveitamento dessa técnica, as situações selecionadas devem conter fatores-surpresa que estimulem a reflexão sobre as diversas possibilidades de resposta.

2.2.3 Estudo de Caso

O estudo de caso compreende a discussão, em pequenos grupos, de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados com situações que farão parte do cotidiano profissional do aluno. Os casos devem ser apresentados com o máximo de informações pertinentes, para que o discente possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Essa técnica permite que os participantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos adquiridos. Segundo Estrela (1972 apud CARVALHO, 2005, p. 109), “a participação ativa e dinâmica do educando favorece a aproximação entre o fato teórico e o fato real, incentivando e permitindo maior compreensão”.

2.2.4 Painel de Discussão

O painel de discussão caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem as suas visões sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador, com a função de controlar os tempos de exposição, debates, perguntas, respostas, como também organizar a síntese dos pontos abordados no painel. De acordo com Estrela (2005, p. 108), “o objetivo primordial é auxiliar os educandos na análise de diferentes aspectos de um problema (ou tema), não necessariamente tendo que chegar a conclusões ou soluções”.

2.2.5 Debate Cruzado

O debate cruzado é organizado em dois grupos: um terá de debater uma tese contrária à do outro, invertendo-se os papéis ao final. Nesta técnica, o corpo discente focaliza inicialmente todo o seu arcabouço teórico e prático para defender sua posição; em seguida, contrapõe o que foi exposto, propiciando a oportunidade de vivenciar as faces distintas do mesmo tema.

2.2.6 Aula Prática

A aula prática se efetiva através da explicação por meio da demonstração de técnicas e procedimentos, oportunizando ao corpo discente a prática, o feedback, a automação e a aplicação. Essa técnica deve possibilitar que o aluno reflita sobre os passos demonstrados pelo professor, a fim de entender o porquê de cada fase do processo.

2.2.7 Seminários

A apresentação de seminários é uma técnica de ensino na qual o docente divide os alunos em grupos e apresenta temas constantes no conteúdo programático, a fim de que o corpo discente utilize os diversos meios de pesquisa disponíveis para elaboração e apresentação do seminário para a turma:

A necessidade de uma pesquisa bibliográfica, o espírito de investigação, reconhecendo e examinando problemas, e apresentando os resultados, distingue este tipo de procedimento, pois, exige que os educandos se mostrem ativos, participantes da discussão (formulando questionamentos, mostrando opiniões, esclarecendo pontos obscuros, ordenando informações coletadas e as transmitindo). No entanto para que esta técnica seja bem empregada e tenha êxito na dinâmica de trabalho é essencial o planejamento (definir os objetivos, obter informações, selecionar roteiros). O coordenador (educador) inicialmente define o tema, a data de apresentação, orienta o levantamento bibliográfico, auxilia na ordenação do trabalho e coordena a apresentação, sendo também, responsável pelo desfecho final após a discussão. (ESTRELA, 2005, p. 108).

2.3 APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Retomando a discussão sobre metodologias de ensino, cabe-nos resgatar os aportes de Libâneo (2003a), observando três de suas idéias apresentadas na Semana de Planejamento, promovida pela vice-reitoria de graduação da Universidade Católica de Goiás. O autor inicia sua primeira idéia abordando a estreita relação entre a qualidade de ensino na universidade e o trabalho docente promovido em sala de aula. Ele mostra que a essência do que acontece na universidade é a qualidade e a eficácia do ensino, por parte dos facilitadores da aprendizagem e por parte dos discentes; relata que a universidade existe para que os alunos aprendam conceitos e teorias, desenvolvam capacidades e habilidades de pensar e aprender, formem atitudes e valores e se realizem como profissionais e cidadãos; descreve também a importância dos projetos pedagógicos, dos planos de ensino, dos currículos e dos processos de avaliação para o alcance desses objetivos.

Como segunda idéia importante, Libâneo (2003a) relata que o foco do núcleo da atividade docente é a aprendizagem do aluno, resultante da sua própria atividade intelectual e prática, realizada em parceria com professores e colegas. Daí, concluímos que o centro das atenções são o aluno e o seu respectivo aprendizado, não mais o professor, como o foi por muito tempo. Neste contexto, a referência das atividades de ensino é a

aprendizagem, ou seja, ensina bem o professor que faz com que o aluno aprenda bem, com base numa relação pessoal com o saber e o aprender a pensar metodicamente.

A função da universidade é fazer com que o aluno, de fato, aprenda. O ensino deve efetivar a apropriação da cultura e o desenvolvimento do pensamento. Assim, a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa, tanto do aluno quanto do professor. A metodologia de ensino adotada deve propiciar situações para que o aluno aprenda a pesquisar, analisar e relacionar os conhecimentos adquiridos, conferindo-lhes significado próprio e conclusões direcionadas à busca de soluções dos problemas. Nessa ótica, esse tipo de metodologia aplica-se muito bem ao nosso oficial, pois é esse tipo de aprendizagem que almejamos para o Chefe de Polícia Ostensiva.

Na terceira idéia, o autor dispõe sobre o processo ensino-aprendizagem considerando que:

A aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. O ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para apreender. A metodologia de ensino, na verdade, não diz respeito unicamente às técnicas de ensino, o uso do vídeo, do trabalho em grupo, da aula expositiva. Metodologia é como você ajuda seu aluno a pensar com os instrumentos conceituais e os processos de investigação da ciência que você ensina. (LIBÂNEO, 2003a).

O objetivo da diversificação dos métodos e técnicas de ensino é possibilitar a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos e adequados às necessidades do corpo discente, na busca do aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. Os trabalhos acadêmicos devem objetivar o alcance da qualidade e eficácia, tanto na evolução das atividades de seu corpo docente como também no nível de aprendizagem dos alunos. Ao final, o corpo discente deve ter capacidade para desenvolver:

- a) competências cognitivas: aprender a pensar através dos conceitos e teorias;
- b) competências atitudinais: aprender a ser e a conviver pela aplicação do conhecimento teórico em uma prática responsável, refletida e consciente;
- c) competências operativas: aprender a atuar desenvolvendo um pensamento superior reflexivo por meio da investigação e da organização do conhecimento.

Tudo isso para restabelecer as atitudes e os valores voltados para a formação de um profissional e cidadão.

3 MATRIZ CURRICULAR DO CFO

Considerando a necessidade institucional de qualificar o futuro oficial da PMGO para o exercício das funções inerentes ao Chefe de Polícia Ostensiva, bem como de suprir a carência social de uma polícia cidadã voltada para a prestação de um serviço público mais eficaz e condizente com a realidade da sociedade em que estamos inseridos, torna-se necessária a adequação da Matriz Curricular do CFO.

Dentro dessa linha de formação profissional, a Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, apresentada pela SENASP (2007), propõe um conjunto de orientações para o desenvolvimento de ações formativas, visando situar as atividades educativas no contexto profissional e social em razão da cada vez mais exigente demanda de novos conhecimentos, saberes e habilidades, que exigem continuamente novas aprendizagens, com vistas à integração de informações que vai além do desenvolvimento de currículos de forma fragmentada. A referida matriz objetiva nortear uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, e propiciar a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre eixos articuladores e áreas temáticas nela definidas.

É conveniente ressaltar alguns conceitos, como matriz, matriz curricular, eixos articuladores, áreas temáticas e malha curricular. Por matriz, depreendem-se as idéias de criação e geração, cujo arranjo não-linear de elementos pode representar a combinação de diferentes variáveis:

Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizem a formação em Segurança Pública pretendida nas diversas regiões brasileiras. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p. 6).

De acordo com as orientações trazidas pela Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública – SENASP (2007), entendem-se por eixos articuladores o conjunto estruturado dos conteúdos formativos transversais, que comunicam o sentido político-pedagógico do que se pretende realizar por meio da formulação da Matriz. Tem como função básica orientar a elaboração, a implementação e a avaliação das atividades de

formação do profissional de Segurança Pública que será conduzido à reflexão de seu papel individual, social, histórico e político na atualidade. Já as áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional, além de capacitá-lo para o exercício de sua função:

Malha curricular é o termo que vem sendo utilizado para substituir grade curricular. Na palavra “malha” está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 200-, p. 4).

Segundo Louza e Viana (2002, p. 20-21), para a devida capacitação desse profissional, cuja formação é voltada para o atendimento satisfatório da sensação de segurança da sociedade, como também para condução harmoniosa da Corporação, torna-se imprescindível investimento institucional no setor de recursos humanos. Para atingir esses objetivos, os autores afirmam ser necessária a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias, o uso de doutrinas atualizadas nas maiores corporações policiais militares do País, com o aproveitamento dos resultados positivos, bem como a efetivação de trabalhos dos doutrinadores da própria Corporação. Para a concretização do trabalho apresentado, os autores compararam a Matriz Curricular do CFO, realizado na APM/GO, com a dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Braz; Santos e Silva (1997, 11-12), ao tratarem do Currículo Básico para o Curso de Formação de Oficiais, apresentam pensamentos semelhantes ao dos autores anteriormente citados. Observamos, a partir dessa comparação, idéias e preocupações convergentes, sempre pautadas nas necessidades da sociedade, em constante mudança e evolução, e do segmento da Segurança Pública, representado pela Polícia Militar. O foco é a preocupação com a formação de seus recursos humanos que, como a sociedade, necessita acompanhar as mudanças sociais e evoluir junto com sua clientela, para que seja realmente capaz de atender a ela satisfatoriamente. Os autores, na construção do trabalho, também utilizam a comparação da Matriz Curricular do CFO em Goiás com a de outros Estados brasileiros.

Ainda sobre esses aspectos sociais, Lopes et al. (2003, p. 55) ratificam que os problemas da educação são sociais e que a própria sociedade, necessariamente, deverá mudar, e não apenas o seu sistema educacional.

Segundo Landsheere ([19--] apud LOPES, 2003, p. 55), “a democracia avança e voltar a questionar-se a estrutura das relações entre as classes sociais corresponde a questionar de novo todo o sistema de educação [...] É necessária uma ‘revisão impiedosa das finalidades do ensino’.”

Para alcançar esses objetivos e formar um Chefe de Polícia Ostensiva com o perfil profissiográfico almejado pela Corporação, deve-se atentar também para a correta aplicação da metodologia do ensino. Ela deve ser condizente com as abordagens metodológicas, visando à máxima transmissão e absorção dos conteúdos programáticos pelos alunos, por intermédio de uma relação professor-aluno saudável e respeitosa.

Segundo Lopes et al. (2003, p. 90), os pressupostos epistemológicos de uma metodologia de ensino necessitam proporcionar aos sujeitos do ato educativo não só o conhecimento da estrutura teórico-prática dos métodos de ensino, mas tentar a incorporação do pólo instrucional no pólo sócio educacional, ligando as possibilidades educativas e estas ao contexto sociocultural. O objetivo primordial dessa conjectura é a proposição de métodos de ensino que proporcionem ao educando, em nosso caso o futuro oficial da PMGO, um modo significativo de assimilação crítica da ciência e o confronto com as necessidades socioculturais dos diferentes grupos sociais que frequentam o ambiente escolar.

De acordo com Jobert (1998, 1999 apud PERRENOUD, 2002, p. 11), a competência profissional pode ser concebida como a capacidade de gerenciar o desvio entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Esse desvio varia conforme os ofícios e a formação consiste, por um lado, na aprendizagem das regras e no cumprimento delas, por outro, na construção da autonomia e do julgamento profissional.

3.1 ANÁLISE DO INQUÉRITO PEDAGÓGICO APLICADO PELA APM/GO QUANDO DO TÉRMINO DO 1º ANO DO CFO/2007

Os resultados obtidos no inquérito pedagógico aplicado pela APM/GO, quando do término do 1º Ano do CFO/2007 (ANEXO C), expressam os seguintes dados:

O primeiro questionamento proposto solicitou do corpo discente as disciplinas consideradas mais importantes para o curso, sendo apresentadas como as três mais

relevantes: Armamento e Tiro I - 39%, Instrução Geral I - 11% e Operações de Choque - 10%.

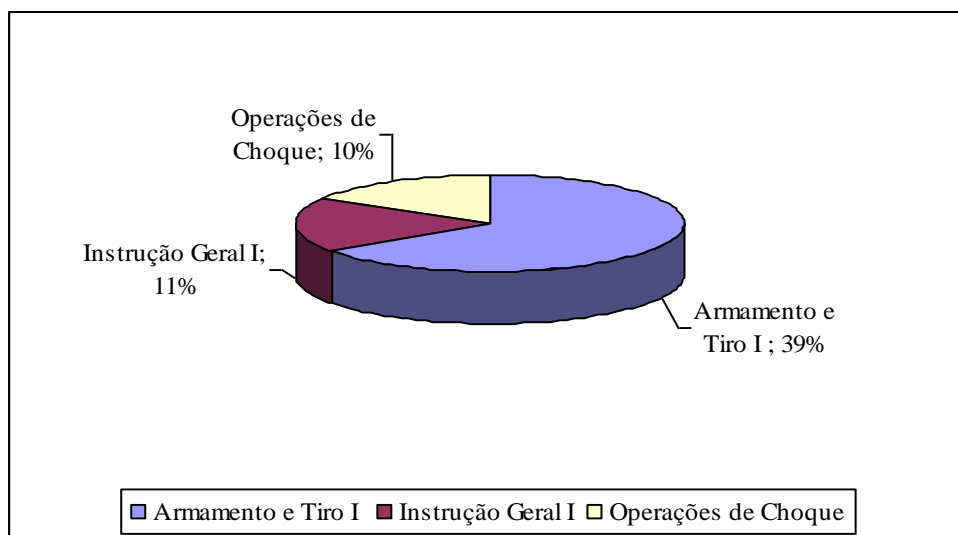


Figura 3.1 – As disciplinas consideradas mais importantes pelo 1º ano do CFO/2007.
Fonte: Seção Técnica de Ensino da APM/GO.

O segundo questionamento solicitou as disciplinas menos importantes para o curso, sendo as mais indicadas: Deontologia PM - 27%, Estatística - 23% e Psicologia Social - 16%.

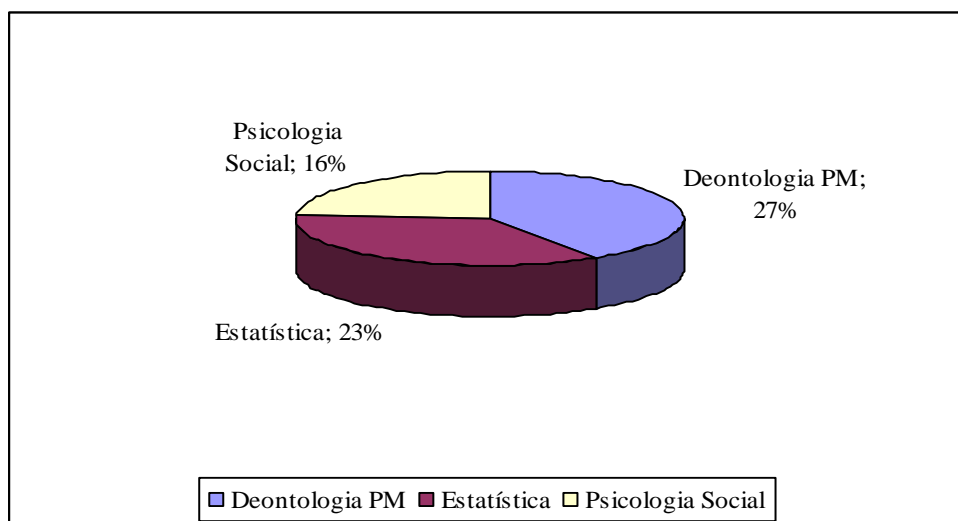


Figura 3.2 – As disciplinas consideradas menos importantes pelo 1º ano do CFO/2007.
Fonte: Seção Técnica de Ensino da APM/GO.

O terceiro quesito apresentou uma pergunta aberta a críticas e sugestões. Em primeiro lugar, foi indicada como crítica “à falta de direcionamento das disciplinas do curso para a prática policial militar” - 16%, em consonância com os itens nono e décimo

quinto, que indicam, respectivamente, sugestão: “maior direcionamento para aplicação do Procedimento Operacional Padrão (POP)”, - 3% e crítica: “falta de direcionamento da disciplina de Defesa Pessoal” - 2%, totalizando 21% de indicações relativas à falta de direcionamento das disciplinas vinculadas diretamente ao desempenho da atividade-fim. Em segundo lugar, foi indicada a sugestão “maior carga-horária para Armamento e Tiro” - 14%, acompanhada dos itens terceiro e quarto que, também, em forma de sugestão indicam respectivamente “maior carga horária para Policiamento Ostensivo Geral” - 10% e “maior tempo para o Estágio Operacional” - 7%, totalizando 31% de indicações relacionadas à insuficiência de carga-horária voltada à correta assimilação do conteúdo vinculado à atividade fim da PMGO.

O quarto quesito propôs, de forma objetiva, uma avaliação final do curso como um todo, colhendo os seguintes resultados: Muito Bom - 14%; Bom - 50%; Regular - 26%; Deficiente - 10%; e Péssimo sem indicação.

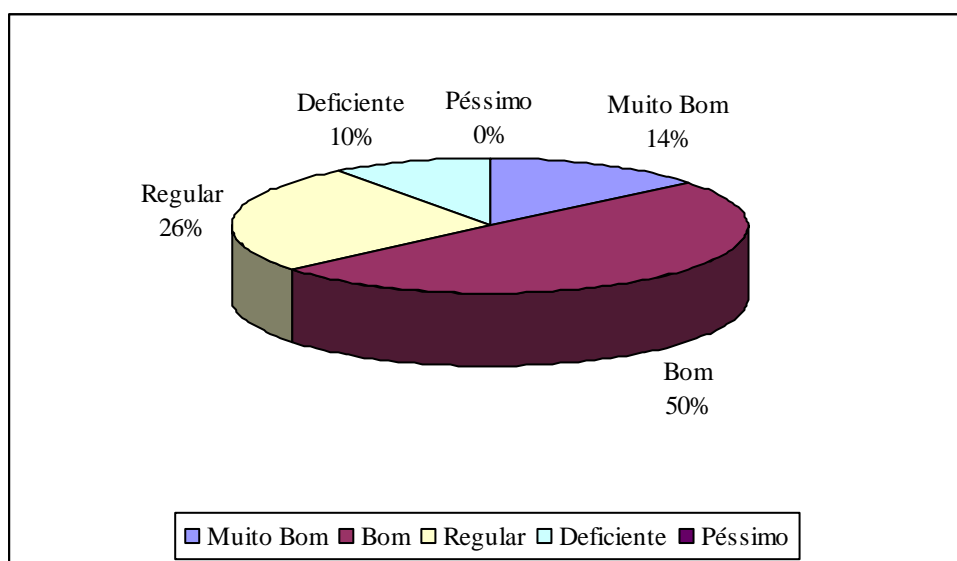


Figura 3.3 – Avaliação final do 1º ano do CFO/2007.
Fonte: Seção Técnica de Ensino da APM/GO

3.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA A TURMA DE ASPIRANTES/2007

Do questionário de perguntas fechadas e abertas, destinado aos formandos da turma do CFO/2007 (APÊNDICE A), foi confeccionado um relatório (APÊNDICE C), contemplando as seguintes disposições:

A primeira questão buscou avaliar se os assuntos tratados durante o CFO prepararam o formando para o desempenho de suas atividades profissionais, obtendo as seguintes disposições: Totalmente - sem indicação; Em Parte - 96%; e Muito Pouco - 4%.

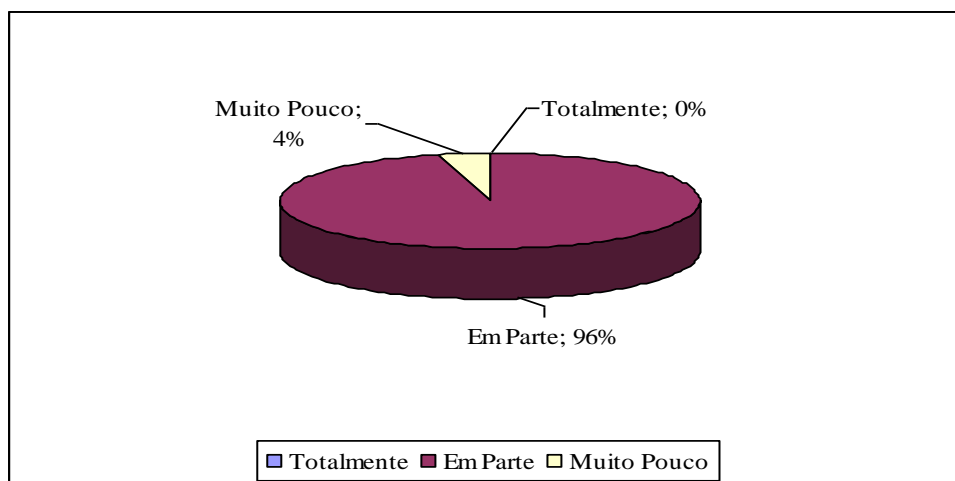


Figura 3.4 – Os assuntos tratados no CFO prepararam o formando para o desempenho de suas atividades profissionais?

Fonte: Os autores.

A segunda questão solicitou qual (is) assunto (s) deve (riam) ser incluído(s) na nova Matriz Curricular. Em primeiro lugar, foi indicada a necessidade de aprofundar o estudo sobre o Procedimento Operacional Padrão (POP), com 15 ocorrências, seguida da solicitação de aprofundar as disciplinas de Armamento e Tiro, com 10 ocorrências. Relacionados a esses itens seguem a quinta, sexta, oitava e nona indicações que tratam respectivamente: das funções do oficial empregado na setorização, com 4 ocorrências, da necessidade de aprofundar a disciplina de Policiamento Comunitário, funções do comandante de policiamento urbano (CPU) e relacionamento interpessoal, cada uma delas com 3 ocorrências, totalizando 59% das ocorrências voltadas exclusivamente para o exercício da atividade-fim da PMGO. Em segundo e terceiro lugares, houve indicações para inclusão dos assuntos relativos ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal, cada uma com 4 ocorrências, totalizando 12,5% das indicações.

Na terceira questão, foi solicitado qual (is) assunto (s) pode (m) ser retirado (s) da Matriz Curricular destinada à formação de oficiais, destacando-se as seguintes

indicações: Estatística, 16 ocorrências; Deontologia PM, 6 ocorrências; Gestão de Qualidade, 5 ocorrências; e Psicologia Social, 4 ocorrências.

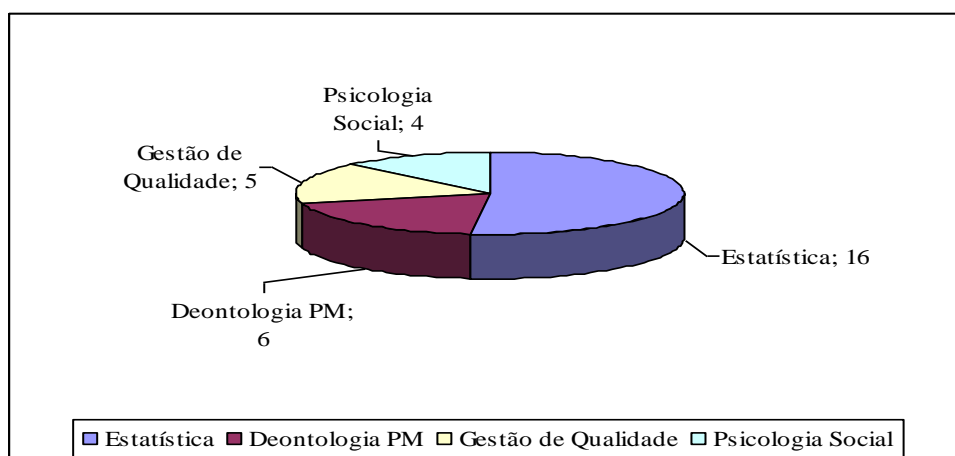


Figura 3.5 – Quais assuntos podem ser retirados da Matriz Curricular do CFO?
Fonte: Os autores.

A quarta questão buscou avaliar se as atividades desenvolvidas (estágios, jornadas, instruções de campo, serviços administrativos e operacionais) prepararam o formando da turma Aspirante/2007 para o desempenho de suas atividades profissionais, obtendo as seguintes indicações: Totalmente - 4%; Em Parte - 88%; e Muito Pouco - 8%.

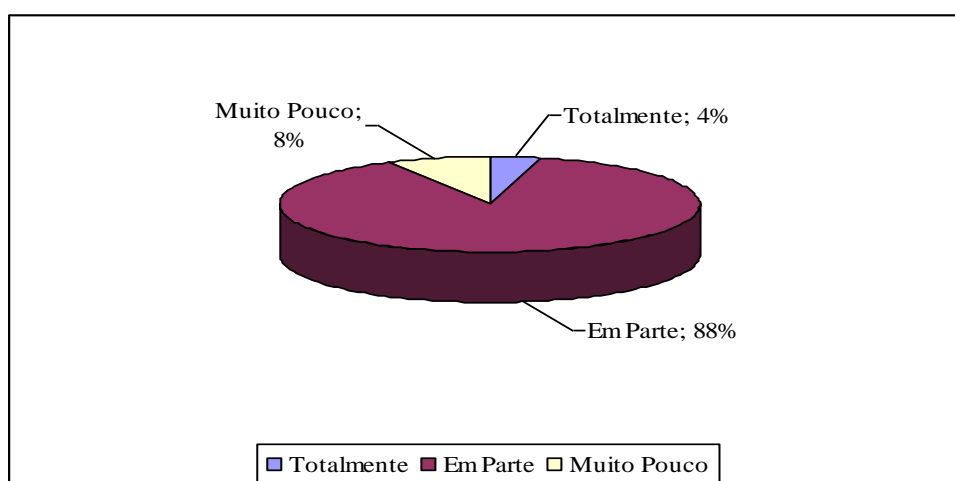


Figura 3.6 – As atividades desenvolvidas (estágios, jornadas, instruções de campo, serviços administrativos e operacionais) prepararam os Aspirantes/2007 para o desempenho de suas atividades profissionais?

Fonte: Os autores.

Na quinta questão, foi solicitada a indicação de qual (is) atividade (s) desenvolvida (s) deveria (m) ser incluída (s) ou intensificada (s) na nova Matriz Curricular, onde foram indicadas: intensificar as atividades de Estágios Operacionais supervisionados

ao longo de todo o curso, com foco para a formação do Chefe de Polícia Ostensiva, com 20 ocorrências; criar as atividades de Estágio Administrativo em seções, com 4 ocorrências. A sexta questão buscou identificar qual (is) atividade (s) desenvolvida (s) poderia (m) ser retirada (s) da Matriz Curricular destinada à formação de Oficiais, sendo destacadas as Jornadas de Campo executadas no Exército Brasileiro, com 9 ocorrências.

A sétima questão buscou avaliar se a metodologia de ensino adotada pela APM favoreceu a preparação do formando da turma Aspirantes/2007 para o desempenho de suas atividades profissionais, obtendo o seguinte resultado: Totalmente - 15%; Em Parte - 85%; e Muito Pouco - sem indicação.

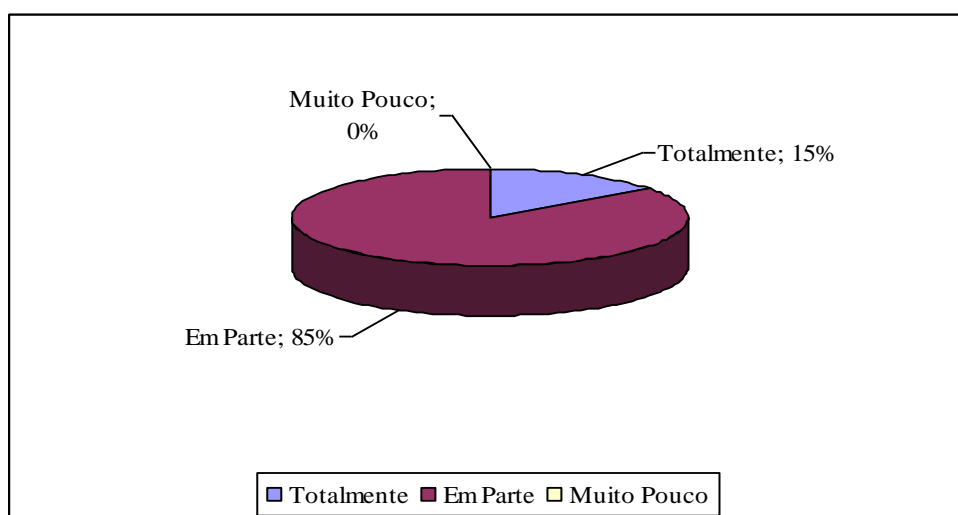


Figura 3.7 – A metodologia de ensino adotada pela APM favoreceu a preparação dos Aspirantes/2007 para o desempenho de suas atividades profissionais?

Fonte: Os autores.

Na oitava questão foi solicitada qual (is) metodologia (s) de ensino deveria (m) ser adotada (s) na nova Matriz Curricular, destacando-se as seguintes indicações: direcionar o processo ensino-aprendizagem para o desempenho das atividades-fim da Corporação, com 17 ocorrências; priorizar as atividades práticas em relação às teóricas, com 10 ocorrências; e simulações e estudos de caso, com 7 ocorrências.

Ao final, a nona questão propõe uma avaliação do CFO como um todo, onde se registrou: Muito Bom - 12%, Bom - 61%, Regular - 19%, Deficiente - 8% e Péssimo - sem indicação.

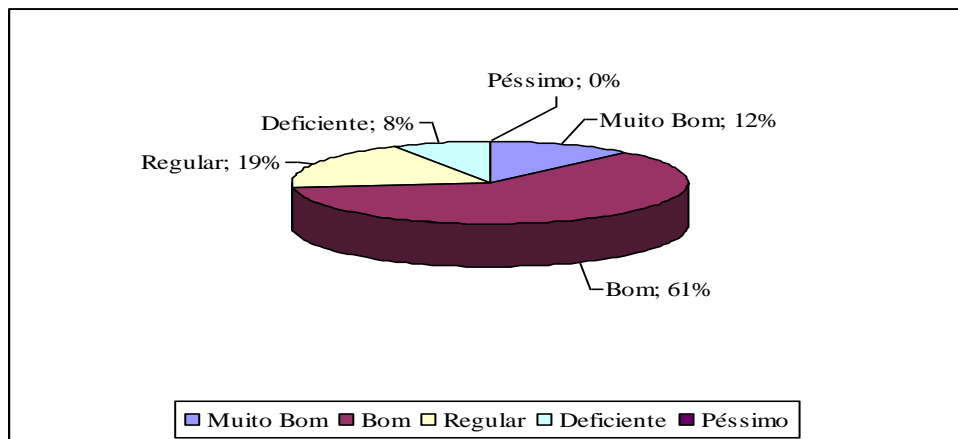


Figura 3.8 – Avaliação final do CFO/2007 após um ano da formatura.
Fonte: Os autores.

3.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA OS COMANDANTES DOS FORMANDOS DA TURMA DE ASPIRANTES/2007

No questionário destinado aos comandantes dos formandos da turma do CFO/2007 (APÊNDICE B), o primeiro quesito relativo ao formando do CFO/2007 possuir as capacidades necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais, foi respondido na seguinte disposição: Totalmente - 69%, Em Parte - 31% e Muito Pouco - sem indicação.

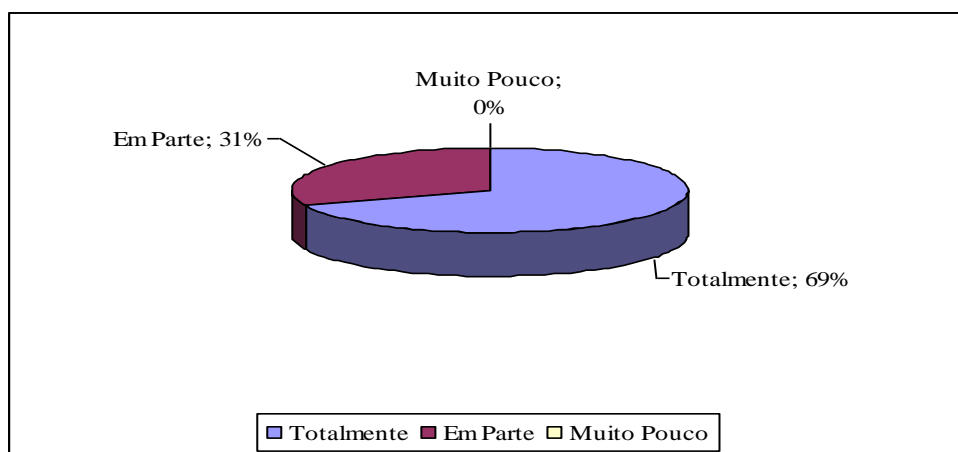


Figura 3.9 – Os Aspirantes/2007 possuem as capacidades necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais?
Fonte: Os autores.

No segundo, terceiro e quinto quesitos, observa-se uma maior incidência de abordagens relativas a aprimorar o desempenho nas atividades práticas de polícia ostensiva, através da inclusão de assuntos vinculados ao desenvolvimento interpessoal, às inovações implantadas no programa de modernização da PMGO, à Estatística Criminal

georreferenciada, bem como ao aumento da carga-horária destinada à execução do Estágio Operacional.

No quarto item proporcionou-se um momento de avaliação do formando da turma Aspirantes/2007 como um todo, obtendo-se os seguintes resultados: Muito Bom - 59%, Bom - 36%, Regular - sem indicação, Deficiente - 5% e Péssimo - sem indicação.

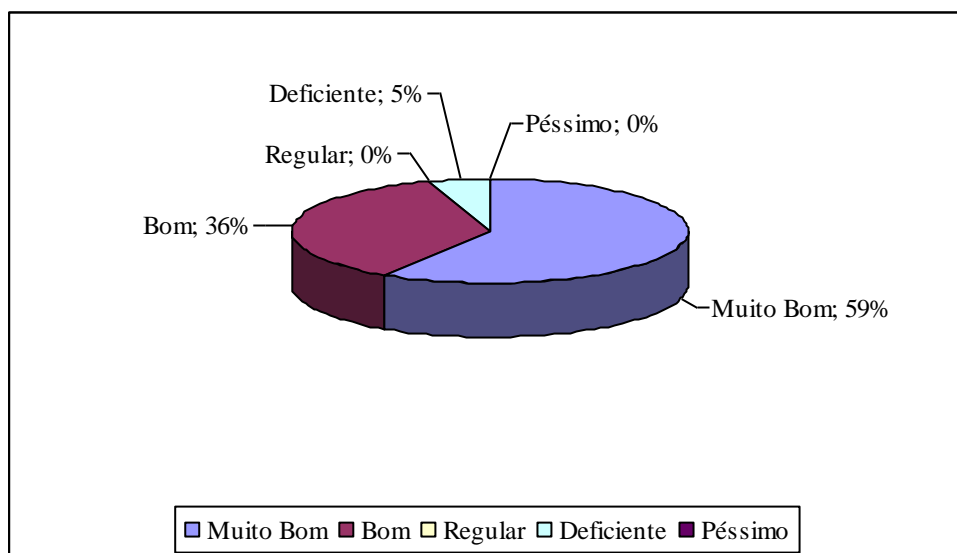


Figura 3.10 Avaliação dos Aspirantes/2007 pelos seus respectivos comandantes.
Fonte: Os autores.

Observa-se que os resultados obtidos nos questionários acompanham as posições estabelecidas no inquérito pedagógico aplicado ao término do 1º ano do CFO/2007 (ANEXO C). Configura-se um déficit de carga-horária nas disciplinas referentes ao desempenho da atividade-fim da Corporação, bem como a falta de direcionamento na execução de alguns conteúdos programáticos, gerando a transmissão de informações desvinculadas do objetivo de formação do Oficial da PMGO.

3.4 ANÁLISE DE MATRIZES CURRICULARES DO CFO

A análise e a conseqüente comparação da Matriz Curricular do CFO, adotada na PMGO, com as matrizes curriculares das polícias militares dos Estados de São Paulo,

Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal ficaram prejudicadas pelo fato de apenas a polícia mineira ter atendido parcialmente às solicitações, disponibilizando a malha curricular aplicada no CFO (ANEXO D). As solicitações se efetivaram via correio eletrônico e confirmadas via telefone.

A partir da observação da malha curricular adotada no CFO pela Polícia Militar mineira (ANEXO D), visualizam-se diversas disciplinas coincidentes. Excetuam-se desta disposição as disciplinas voltadas para a área jurídica, pois na PMGO deixaram de ser aplicadas, uma vez que o critério de seleção exige o bacharelado em Direito. A duração do curso dá-se em três anos, disposição diferente da aplicada na PMGO, em decorrência dos requisitos exigidos na seleção. Observa-se também um foco institucional diferenciado para a formação quando da aplicação de algumas disciplinas como: Atividade de Bombeiro Militar, Atividade de Defesa Civil, Ciência Política e Políticas Públicas. A divisão das disciplinas em áreas caracteriza uma ordem conceitual de importante valor pedagógico.

4 PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DA MATRIZ CURRICULAR DO CFO

Após a análise das monografias relacionadas à Matriz Curricular do CFO, disponíveis na APM/GO, das obras literárias voltadas para o processo ensino-aprendizagem, da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública estabelecida pela SENASP, dos resultados obtidos no inquérito pedagógico aplicado pela APM/GO, quando do término do 1º ano do CFO/2007, nos questionários destinados à turma de Aspirantes/2007 e seus respectivos comandantes, e da malha curricular da Polícia Militar mineira, são propostas as seguintes alterações no Curso de Formação de Oficiais da PMGO:

- a) redirecionar os objetivos gerais e o processo de avaliação da aprendizagem das disciplinas, para alcançar as competências que devem ser desenvolvidas pelo Chefe de Polícia Ostensiva, incluindo em cada ementa um item que descreva o vínculo com o perfil profissiográfico adotado pela PMGO;
- b) introduzir nas ementas das disciplinas o item “instruções metodológicas”, com o objetivo de coordenar as ações dos docentes para que sejam desenvolvidos métodos e técnicas de ensino compatíveis com cada conteúdo, além de possibilitar a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos e adequados às necessidades do corpo discente, buscando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem;
- c) introduzir no modelo de ementa disciplinar o item “pré-requisitos do corpo docente para ministrar a disciplina”, a fim de direcionar a escolha ideal do profissional para o desempenho dessa prática didático-pedagógica;
- d) introduzir no modelo de ementa disciplinar o item “inter-relacionamento disciplinar”, com o objetivo de despertar no docente os princípios da transversalidade e interdisciplinaridade, buscando, também, preservar o discente da desconformidade pedagógica de sobreposição de conteúdos;
- e) introduzir na matriz treze cursos da rede de ensino a distância da SENASP, a fim de promover a busca do conhecimento e despertar no discente a utilização de novo método de ensino que, a cada dia, ganha mais espaço na sociedade e, em especial, no mundo corporativo;
- f) renomear as disciplinas de “Armamento e Tiro I e II” para “Armamento, Equipamento e Tiro Policial Defensivo I e II” e “Defesa Pessoal I e II” para “Defesa Pessoal Policial e Uso Escalonado da Força I e II”, por contemplar de maneira objetiva os conceitos inerentes à prática do uso legal da força em

consonância com os Direitos Humanos e a formação de um policial militar cidadão;

g) incluir a disciplina de “Desenvolvimento Interpessoal” com o objetivo de preparar o futuro Chefe de Polícia Ostensiva para o desempenho de seu papel de “líder social”, função inerente à execução dos princípios da polícia comunitária, que exige o domínio dos aspectos que envolvem as relações humanas e sociais;

h) renomear as disciplinas de “Educação Física Militar I e II” para “Educação Física Militar e Saúde I e II”, a fim de contextualizar a nova concepção institucional que busca conscientizar o policial militar sobre a responsabilidade individual na prática de exercícios físicos, que são essenciais para o desempenho da atividade profissional;

i) transformar a atividade complementar de “Estágio Supervisionado I e II” na disciplina de “Estágio Supervisionado de Prática Profissional I e II”, com o objetivo de efetivar um processo real de ensino-aprendizagem, com o docente que se torna responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades práticas propostas, tendo ainda carga-horária disponível para atividades em sala de aula, direcionadas para desenvolvimento de técnicas de estudo de caso, resolução de problemas e feedback;

j) incluir a disciplina de “Polícia Ostensiva”, com o objetivo de identificar os conceitos inerentes a essa atividade e os aspectos gerais do Direito Administrativo vinculados às competências do Chefe de Polícia Ostensiva;

k) excluir a disciplina de “Leitura e Redação”, incorporando o seu conteúdo na disciplina “Redação Oficial e Militar” por meio dos cursos “Redação Oficial” e “Português Instrumental” disponíveis na rede de ensino a distância da SENASP;

l) introduzir a disciplina “Sistema Informatizado” com o objetivo de identificar os diversos sistemas informatizados de apoio às atividades de segurança pública, bem como os voltados ao planejamento preventivo e de combate à violência criminal, em especial os adotados pela PMGO;

m) introduzir a disciplina de “Análise de Cenários e Riscos”, a fim de criar condições para que o Chefe de Polícia Ostensiva possa avaliar e conhecer as

diversas medidas de prevenção e riscos, a partir da análise de cenários, objetivando, quando necessário, evitar ou intervir em eventos adversos;

n) desmembrar a disciplina de “Medicina Legal e Criminologia”, nomeando-as respectivamente, em “Medicina Legal” e “Criminologia Aplicada à Segurança Pública”, por se tratar de assuntos distintos que exigem conhecimentos que não são comumente encontrados em um mesmo docente;

o) renomear a disciplina de “Chefia e Liderança” para “Gestão de Pessoas”, acompanhando as linhas doutrinárias que se aplicam ao tema nas sociedades corporativas;

p) renomear a disciplina de “Trabalho de Comando II” para “Planejamento Operacional”, buscando dar maior enfoque ao objetivo da disciplina que é identificar as formas de planejamento e aplicação dos diversos mecanismos preventivos e repressivos adotados no exercício da Polícia Ostensiva;

q) desvincular a disciplina de “Direito Processual Penal Militar” da confecção de procedimentos administrativos, mediante a criação da disciplina “Procedimento Administrativo Disciplinar”, que objetiva preparar o Chefe de Polícia Ostensiva para exercer as funções pertinentes ao encarregado do auto de prisão em flagrante, da sindicância, do inquérito técnico, do inquérito policial militar, do conselho de justificação ou disciplina, observando os diversos textos legais pertinentes à execução desses procedimentos;

r) determinar a abordagem das alterações e evoluções doutrinárias e jurisprudências inerentes ao Direito Penal e Processual Penal nas atividades complementares Palestras I e II, uma vez que esses temas não são contemplados como disciplinas por fazerem parte de assuntos já trabalhados no Curso de Direito.

Na disposição das disciplinas constantes na Malha Curricular, foi proposta uma distribuição nos dois anos letivos previstos para a execução do Curso de Formação de Oficiais, tomando por base o critério de prioridade na transmissão de conteúdos. Tal distribuição necessita ser reavaliada, quando definidas as cargas-horárias das disciplinas, a fim de adequar a execução das atividades acadêmicas durante cada ano letivo.

5 CONCLUSÃO

O processo de democratização da sociedade brasileira, consolidado na atual Constituição Federal, exige das instituições policiais o dever de se adequarem ao regime do

Estado Democrático de Direito, hoje em vigor. Isso obriga a construção de uma Polícia Militar inteirada com os princípios e fundamentos estipulados na nossa lei maior.

A inserção da PMGO na realidade que contextualiza a melhor prestação dos serviços públicos à sociedade é um passo importante no movimento em direção à mudança cultural de nossa Corporação. Parte da posição defensiva, com vistas a proteger os padrões internos da organização, em direção à posição pró-ativa, dirigida ao atendimento das demandas sociais.

Da análise de duas monografias disponíveis na APM/GO sobre o tema Matriz Curricular do CFO, observamos, por parte dos autores, a preocupação com a adaptação dos conteúdos e da metodologia de ensino ao contexto social e institucional da época. Essa premissa deve ser constante no processo ensino-aprendizagem, pois a sociedade está continuamente envolvida em mudanças culturais, econômicas e morais, disposições que influenciam diretamente o exercício da atividade de polícia ostensiva exercida pela Corporação.

As obras literárias relativas ao processo ensino-aprendizagem apresentaram vasto conteúdo metodológico relativo às fases de planejamento e execução. Na escolha desses processos, devemos, inicialmente, objetivar o alcance da qualidade e da eficácia, na evolução das atividades do corpo docente, como também no nível de aprendizagem do corpo discente, levando em conta as características pessoais do público envolvido, bem como dos temas a serem propostos.

A Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, da SENASP, busca impulsionar, por meio de processos educacionais, a implantação das necessidades de transformação do saber-fazer e do fazer-saber da Segurança Pública, a partir das demandas atuais da sociedade, bem como dos profissionais da área. Propõe também um conjunto de orientações voltadas para o desenvolvimento de ações formativas, visando situar as atividades educativas nos contextos profissional e social, em razão da cada vez mais refinada demanda de novos conhecimentos, saberes e habilidades, que exige, continuamente, novas aprendizagens e requer integração de conhecimentos além do desenvolvimento de currículos de forma fragmentada, sedimentando um processo de ensino vinculado aos princípios da transversalidade e interdisciplinaridade.

O inquérito pedagógico aplicado pela APM/GO no término do 1º Ano do CFO/2007 (ANEXO C), indicou a necessidade de rever o enfoque de diversas disciplinas,

bem como das cargas-horárias destinadas a alguns conteúdos, a fim de direcionar o curso para a formação de profissionais aptos para o exercício da atividade de polícia ostensiva.

Os questionários destinados aos formandos da turma do CFO/2007 e seus respectivos comandantes consolidaram a idéia de déficit de carga-horária nas disciplinas vinculadas ao desempenho da atividade-fim da Corporação, bem como no direcionamento da execução de alguns conteúdos programáticos. Dessa forma, é proposta uma intensificação das atividades dos estágios operacionais supervisionados ao longo de todo o curso, com foco para a formação do Chefe de Polícia Ostensiva e a retirada de atividades, como jornadas de campo, relativas às missões do Exército Brasileiro.

A análise e a comparação da Matriz Curricular do CFO adotada na PMGO em relação às matrizes curriculares das polícias militares dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal se restringiu apenas à malha curricular aplicada no CFO da polícia mineira, pois foi a única instituição que atendeu, parcialmente, às solicitações de encaminhamento da Matriz Curricular. Na análise, identificamos diversas disciplinas coincidentes, sendo os pontos divergentes oriundos, em especial, dos requisitos exigidos na seleção, uma vez que a PMGO exige do candidato o bacharelado em Direito, e a PMMG, por sua vez, a conclusão do ensino médio. Observamos também as características institucionais do curso e a aplicação da metodologia de planejamento do ensino através da divisão das disciplinas em áreas temáticas.

A Polícia Militar deve reconhecer que trabalha para a comunidade tanto quanto para a lei, como para o seu próprio desenvolvimento e sobrevivência institucional. Partindo dessa premissa, o CFO é o início primordial para a aceção e a concepção profissional, tornando-se de suma importância o desenvolvimento pleno do perfil profissiográfico adotado pela Corporação, a fim de alcançar os objetivos profissionais e institucionais delineados.

Dessa forma, as propostas apresentadas neste trabalho se baseiam no processo metodológico de ensino da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, da SENASP, que contextualiza a formação de um profissional de segurança pública cidadão. O perfil profissiográfico surge como foco principal a ser alcançado, por estar em consonância com as diretrizes nacionais e desenvolver as capacidades necessárias para a formação do Chefe de Polícia Ostensiva. Os aspectos metodológicos aplicados durante a execução serão identificados de acordo com o tema a ser trabalhado, objetivando um processo ensino-aprendizagem em que o aluno se aproprie do conteúdo e desenvolva as

características de um profissional reflexivo, capaz de desempenhar a atividade-fim da PMGO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **Parecer nº. GM-25**: missão e competência das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Brasília, DF: AGU, 2001. 7 p.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 102 p.

BARROS JUNIOR, Eimar França de. **A pedagogia tradicional e as desigualdades de classe**. 2001. 70 f. Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade da Amazônia, Belém, 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/PEDAGOGIA_TRADICIONAL.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2008.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Londrina, v. 2, n. 2, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista2/artigo3.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2008.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. Alguns fatores pedagógicos. Trad. e adap. Maria Thereza Grandi. **Revista Interamericana de Educação de Adultos**, Brasília, v. 3, n. 1, 1983. Disponível em: <http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub04U2T5.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2008. (Adaptação de: La Transferencia de Tecnología Apropiaada al Pequeño Agricultor)

BRAZ, Elizeu José; SANTOS, Zózima Dias dos; SILVA, Roberto Coracy Santos. **Currículo básico para o curso de formação de oficiais**. 1997. 62 p. Monografia (Curso de Técnica de Ensino) – Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1997.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica** – ciência, ensino, pesquisa. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2005. 794 p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2003. 68 p.

_____. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005. 142 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 263 p.

_____. Questões de metodologia do ensino superior: a teoria histórico-cultural da atividade de aprendizagem. In: SEMANA DE PLANEJAMENTO PROMOVIDA PELA VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UCG, 2003, Goiânia. **Trabalho apresentado...** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2003a. Disponível em: <<http://agata.ucg.br/formularios/ucg/docentes/edu/libaneo/pdf/questoes.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2008.

LOPES, Antonia Osima; et al. **Repensando a didática**. 20. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2003. 158 p.

LOUZA, Lindomar Mendes; VIANA, Jesus Nunes. **Matriz curricular do CFO**: uma proposta de reestruturação. 2002. 193 p. Monografia (Curso de Especialização em

Gerenciamento de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2002.

MOORE, Michael Grahame; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. 232 p.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública**. Brasília, 2007. 60 p.

_____. **Malha Curricular**. [Brasília], 200-. 6 p.

SCHÖN, Donald Alan. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256 p.